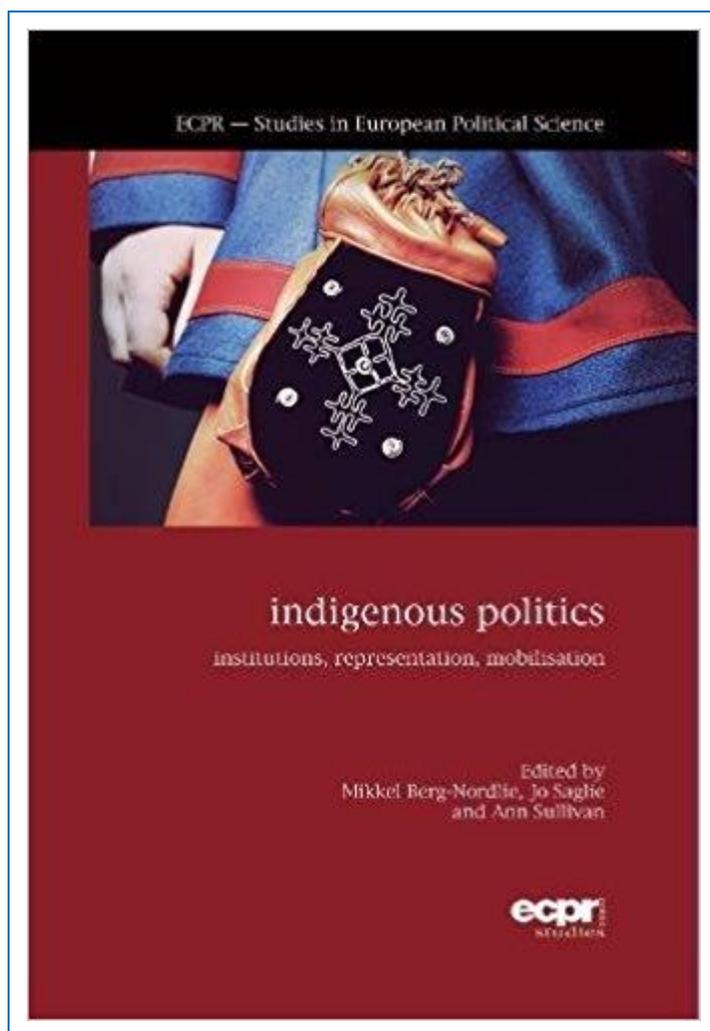


Resenha do livro

“Indigenous politics: institutions, representation, mobilisation”

BERG-NORDLIE, Mikkel; SAGLIE, Jo; SULLIVAN, Ann (Orgs.). Indigenous politics: institutions, representation, mobilisation. [Colchester]: ECPR Press, 2015. 240 p.



Autor da resenha

Leonardo Barros Soares

Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Membro do Projeto Democracia Participativa - Prodep/UFMG.

Brasil

leobarros.prodep@gmail.com

Para citar esta resenha:

SOARES, Leonardo Barros. Resenha do livro “Indigenous politics: institutions, representation, mobilisation”. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 234 - 239, jan./abr. 2018.

DOI: 10.5965/1984724619392018234

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724619392018234>

Em 2014, Kevin Bruyneel afirmou que “a disciplina ciência política não leva a política indígena a sério” (BRUYNEEL, 2014, p. 1, tradução nossa) – referindo-se, sobretudo, mas não apenas, ao contexto norte-americano, em que os estudos sobre instituições e demais objetos “clássicos” deste campo são amplamente prevalentes. Demonstramos, em outro texto (SOARES, no prelo), que o mesmo é válido para o caso brasileiro. É, portanto, bem-vinda, num quadro nacional e internacional de largo desinteresse de politólogos e politólogas por este tema em particular, a publicação de *Indigenous politics: institutions, representation, mobilisation* (BERG-NORDLIE et al, 2015), objeto da presente resenha. Nela, almejamos apresentar, para a audiência brasileira, os principais debates levados a cabo pelos pesquisadores participantes da obra, delineando seus objetos de estudo e suas principais conclusões, de modo a fornecer um panorama instigante aos futuros interessados em desenvolver pesquisas com foco em povos tradicionais.

O livro se apresenta como uma coletânea de pesquisadores cientistas políticos de diversos países, fruto de um *workshop* realizado em 2011 nas sessões conjuntas do *European Consortium for Political Research* (ECPR). Além dos participantes do evento, outros pesquisadores foram convidados a contribuir com textos originais, de modo a prover um panorama mais variado em termos de escopos de análise e investigação. O resultado foi a publicação de uma obra de referência para o ainda incipiente campo de estudos, ao abordar casos de forma individual ou comparada, levando em conta os diferentes arcabouços teórico-metodológicos disponíveis neste campo disciplinar.

A primeira parte da obra é focada nos arranjos institucionais em torno da questão indígena, a partir de uma perspectiva internacional comparada.

Ravi de Costa, no capítulo que abre a seção, se debruça sobre o tema das definições estatais para “povos indígenas”, em 20 países, dentre os quais alguns são díspares quanto os Estados Unidos da América, Taiwan e Congo, além dos já mais conhecidos Canadá, Brasil, Austrália e Nova Zelândia. A discussão sobre os critérios de identificação e membresia de grupos indígenas é central para estes e para os estados, impactando diretamente a vida de milhões de indivíduos em todo o mundo. O autor

aborda brevemente cada um dos casos, identificando os componentes jurídicos e políticos centrais que estão em jogo em distintos âmbitos nacionais.

Na sequência, Jane Robbins aborda o tema da representação política de povos indígenas em democracias liberais do norte global. Em seu capítulo, Robbins almeja descrever, de forma esquemática, instituições representativas indígenas (*indigenous representative bodies*) na Austrália, Nova Zelândia, Finlândia, Noruega, Suécia, Canadá e EUA. Baseando-se fortemente na discussão da antropóloga canadense Sally Weaver, a autora identifica duas grandes tendências: a da existência de organizações representativas indígenas estabelecidas pelos estados e aquelas construídas a partir da mobilização de base dos próprios povos indígenas. Além disso, em que pese a historicamente tensa relação entre povos indígenas e sociedades colonizadoras (*settler societies*), há também a possibilidade do desenvolvimento de relações cooperativas, em busca de uma agenda comum entre governos e organizações indígenas. Em suma, a representação política de povos indígenas apresenta, do ponto de vista comparativo, um variegado panorama que convoca o pesquisador a levar em consideração variáveis contextuais importantes para a explicação de cada fenômeno analisado.

Martin Papillon, fechando a seção, compara os padrões de adaptação institucional às demandas por autodeterminação, por parte dos povos indígenas canadenses e estadunidenses, pelos governos destes dois países. É curioso notar que, embora vizinhos e umbilicalmente ligados pelos fatos históricos e condição geográfica, Canadá e EUA seguiram padrões sensivelmente distintos no que se refere ao modo de lidar com os povos indígenas. Enquanto contemporaneamente o primeiro mantém uma política ativa de reconhecimento territorial, este não é o caso no segundo, onde as disputas territoriais são arbitradas judicialmente e não através de qualquer política pública especial. Papillon demonstra que em ambos os países há regimes *sui generis* de integração de governos locais de comunidades indígenas ao sistema federativo mais amplo, com variações motivadas pelos diferentes legados institucionais e distintos poderes de agência das populações indígenas em cada caso analisado.

A segunda seção do livro foca em estudos de casos individuais. Com a exceção dos capítulos de Ann Sullivan, sobre a participação política Maori na Nova Zelândia, e do de autoria de Einar Braaten e Cássio Inglez de Sousa sobre o Brasil, esta seção é dominada por estudos de caso relativos ao povo Sámi. Este grupo étnico – o único formalmente reconhecido pela União Europeia – é tradicionalmente nômade e pastoril, e se espalha através das fronteiras da Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia. Os estudos apresentados revelam a importância das variáveis políticas nacionais para explicar algumas discrepâncias importantes referentes aos direitos conquistados por estes povos. Por exemplo, ganha destaque, nos países nórdicos, a instituição de parlamentos Sámi, instituições representativas com membros eleitos periodicamente para debater assuntos de interesse do grupo e que devem aconselhar o governo nacional em matérias a eles concernentes. Não obstante sua forte articulação internacional, o mesmo feito ainda não foi realizado na Rússia, onde o ambiente político e institucional distinto interpõe barreiras ausentes ou que se apresentam com menor intensidade nos outros países. Os diversos objetos de estudo abordados são de extremo interesse para pesquisadores brasileiros, normalmente pouco atentos à dinâmica política da população indígena europeia.

O estudo sobre o caso brasileiro, por sua vez, merece destaque por seu caráter abrangente, se constituindo como uma competente abordagem introdutória panorâmica sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas brasileiros numa perspectiva histórica e contemporânea. O texto também é recomendado por abordar aspectos de pouco interesse por parte dos cientistas políticos brasileiros e, provavelmente, de pouco conhecimento de pesquisadores internacionais, tais como a atual configuração do movimento indígena no país e a participação de representantes indígenas em diversos conselhos e conferências de políticas públicas. Os autores discutem a situação de “semiautonomia” dos povos indígenas brasileiros, que dispõem do usufruto exclusivo da terra tradicional, mas não sua propriedade. Ademais, apontam o que chamam de “fragmentação institucional” da política brasileira para os povos indígenas, num contexto de progressiva fragilização das conquistas constitucionais obtidas por este grupo populacional na Constituição de 1988.

A seção final do livro se debruça sobre dois casos concretos que exemplificam, de forma competente, a extrema complexidade envolvida na relação entre povos indígenas e estados nacionais. O artigo de John-Andrew McNeish aborda a crescente tensão entre a forte retórica e simbolismo envolvidos na eleição de Evo Morales na Bolívia – a primeira eleição de um representante indígena naquele país, um fato sem par na história política contemporânea – e suas medidas concretas para o desenvolvimento da exploração de recursos naturais, o que fatalmente colide com a ideia de preservação da integridade ambiental e a autonomia política dos territórios tradicionalmente habitados por povos originários. Ciaran O’Faircheallaigh, por sua vez, tendo como foco um caso específico de consulta prévia, livre e informada sobre a exploração de recursos naturais no oeste australiano, demonstra que, mesmo iniciativas construídas inicialmente com boa fé e organização podem “desandar”, a depender do projeto político dos atores locais relevantes. Ambos os trabalhos, além de exemplos de uma escrita acadêmica clara e concisa, deslindam com maestria a miríade de fatores intervenientes em processos políticos concretos. Isto serve de importante lembrança de que as interpretações mais simples nem sempre são as mais satisfatórias, e que abordagens maniqueístas que identificam os povos indígenas e suas organizações como inerentemente virtuosos e os estados como entidades monolíticas e irremediavelmente danosas não se sustentam após uma mirada investigativa realizada com rigor.

Indigenous Politics: institutions, representation, mobilisation é um livro de leitura obrigatória para cientistas políticos interessados em abordar a pluralidade de objetos de estudo no amplo campo da política indigenista, seus atores e suas estruturas institucionais. Em que pese seu forte caráter descritivo – um pouco frustrante para o pesquisador sedento por esquemas analíticos mais robustos – a obra é recomendável sob todos os aspectos e deve inspirar a comunidade de cientistas políticos brasileiros a quem sabe, num futuro próximo, se interessar de forma mais sistemática sobre este importante segmento da sociedade brasileira.

Referências

BERG-NORDLIE, Mikkel; SAGLIE, Jo ; SULLIVAN, Ann (Orgs.). **Indigenous politics: institutions, representation, mobilization**. Colchester: ECPR Press, 2015.

BRUYNEEL, Kevin. Social Science and the Study of Indigenous Peoples’ Politics: Contributions, Omissions, and Tensions In: LUCERO, José Antonio; TURNER, Dale;

VANCOTT, Donna Lee (Orgs.). **Oxford handbook of indigenous peoples politics**. Oxford University Press, 2014. Disponível em: <<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780195386653.001.0001/oxfordhb-9780195386653-e-008>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SOARES, Leonardo Barros. *Idle no More: sobre a mobilização indígena no Canadá*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. No prelo.

Recebida em: 22/11/2017
Aprovada em: 04/03/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED
Revista *PerCursos*
Volume 19 - Número 39 - Ano 2018
revistapercursos@gmail.com